

Número de Chamada: um modelo para ordenação de documentos

Camila Mariana Aparecida da Silva

Como citar: SILVA, Camila Mariana Aparecida da. Número de Chamada: um modelo para ordenação de documentos. *In*: ORTEGA, Cristina Dotta (org.).

Ordenação de documentos e produção de bases de dados: conceitos, terminologia e historicidade. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2026. p. 83-120. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-673-2.p83-119>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 3

NÚMERO DE CHAMADA: UM MODELO PARA ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS

*Camila Mariana Aparecida da SILVA*¹

1 INTRODUÇÃO

Os processos de Organização da Informação podem ser definidos como ações que promovem a mediação entre documentos e usuários. Dentre estes processos, a ordenação caracteriza-se como aquele em que documentos e metadados de documentos são dispostos segundo certos atributos escolhidos como critérios ordenadores, resultando na proposição de um arranjo. Trata-se de materializar formas de arrumação que fornecem estruturas coerentes para as coleções em relação direta com o espaço de disponibilização e as formas de acesso.

Quanto à abrangência, o procedimento de ordenação abarca a ordenação de documentos e a ordenação de metadados de documentos. A ordenação de metadados de documentos propõe arranjos de metadados que atuam como pontos de acesso aos registros dos documentos. Já a or-

¹ Departamento de Biblioteconomia / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) / Rio de Janeiro, RJ / Brasil / camilasilva@unirio.br

denaço de documentos consiste na acomodao espacial dos prprios documentos. Ambas tm por objetivo efetivar um arranjo por meio do qual cada documento ocupa um lugar no espao.

A consistncia e inteligibilidade dos arranjos sso obtidas pela percepo de uma regularidade que orienta o arranjo formado, tornando seus usos mais simples e econmicos. Uma das funes da ordenao, se no a mais referenciada delas, consiste na facilitao da localizao dos itens em dada coleao, especialmente relevante para a ordenao de documentos, uma vez que torna possvel ir do registro ao documento (no caso de bases de dados, como catlogos de biblioteca ou outros tipos). Outra funo consiste na gesto das colees atravs da vinculao do processo s polticas de seleo, aquisio e descarte, bem como aos usos dos espaos e modos de armazenamento. Ao configurar uma forma de disposio das colees, a ordenao desempenha, tambm, papel de orientao para a explorao das colees pelos usurios. Os direcionamentos possibilitados pelo arranjo sso resultado de um modo de leitura da coleao que opera como uma proposta de significao e, em funo da proximidade de itens correlatos, viabiliza a serendipidade. O encontro que o usurio atribui ao acaso s plausvel como consequncia da intervenao mediadora do profissional bibliotecrio expressa no arranjo.

Modelo de origem anglo-americana proposto na segunda metade do sculo XIX, o nmero de chamada s uma importante soluo voltada a ordenao de documentos no contexto de bibliotecas e como contedo trabalhado nos cursos de graduao em Biblioteconomia no Brasil. Os primeiros debates em torno de sua elaborao ocorrem em territrio estadunidense e datam do ltimo quarto do sculo XIX, sendo sua composio dada pela juno do nmero de coleao (*collection number*) com o nmero de classe (*class number*) e o nmero do livro (*book number*), este ltimo constitudo da conjugao entre a notao de autor (*author notation*) e a marca da obra (*work mark*) e outros elementos de individualizao.

Mesmo que o uso do nmero de chamada como modelo voltado a ordenao de documentos seja comum, sua disseminao no foi acompanhada de uma verticalizao da reflexo acerca de seus usos e estrutura. No Brasil, desde a dcada de 1950, algumas publicaes seguem fazendo

menção ao tema, porém, parte dessas publicações contempla prioritariamente o estudo da classificação bibliográfica ou da catalogação, e outras, como a tabela PHA (1964), são orientadas à composição de notações de autor com base no modelo de notação de Cutter-Sanborn. Identificam-se publicações mais recentes, como o livro de Pinheiro (2007), os artigos de Caribé (2016, 2019) e o livro “A ordenação de documentos na atividade bibliotecária”, publicado em 2016. Este livro foi produzido juntamente com dois colegas, em pesquisa desenvolvida e continuada em dissertação de mestrado (Silva, 2016) e tese de doutorado (Silva, 2022). Soma-se, também, trabalhos em eventos e artigos (Ortega; Silva, 2013, Ortega; Silva; Santos, 2016, Silva; Ortega, 2017a, Silva; Ortega, 2017b, Silva; Tolentino, 2018, Silva; Ortega, 2018, Silva; Carvalho; Martins; Ortega, 2020, Silva; Tolentino; Ortega, 2019, Silva *et al.*, 2020, Silva; Ortega, 2022). Estes estudos atestam a escassez de produções voltadas à temática na literatura em língua portuguesa do Brasil relativa à Organização da Informação. Na ausência de maior exploração do número de chamada como uma estrutura norteadora da materialização do processo, acabam invisibilizados usos que poderiam oferecer possibilidades mais ricas de exploração das funcionalidades do arranjo e do próprio modelo.

Assim, o presente trabalho objetiva discutir o número de chamada como modelo voltado à ordenação de documentos, com o fim de trazer para o público brasileiro literatura de língua inglesa que subsidia sua melhor compreensão e exploração. Para isto, foi realizada pesquisa teórica de caráter descritivo fundamentada na revisão de literatura em língua inglesa acerca do *call number* (número de chamada) e do *book number* (número do livro). Os levantamentos realizados partiram da primeira edição do periódico *Library Journal*, em 1876, nos Estados Unidos, e dos números subsequentes que deram espaço a discussões sobre o modelo. Além desse material, foram analisados os livros e folhetos, publicados pela *American Library Association* (ALA), principalmente durante a década de 1930, que sistematizaram e divulgaram o número de chamada, assim como a literatura das décadas de 1980 e 1990 publicada por autores indianos que desenvolveram abordagem histórica sobre o tema, particularmente quanto ao número do livro.

A proposta se justifica pela relevância de explorar literatura que, estando fora do eixo central das investigações no campo da Ciência da Informação, é pouco abordada no contexto brasileiro, a despeito de sua presença nas ações profissionais contemporâneas. Ademais, contribui para divulgar em língua portuguesa do Brasil a temática da ordenação de documentos, e, especificamente, o número de chamada, no que concerne à sua composição e na perspectiva das funções a que prioritariamente esse modelo visa responder. Portanto, discutir o modelo evidencia a relevância da ordenação de documentos como processo de Organização da Informação e permite explicitar que ele pode abarcar composições diversas e com alto nível de especificidade, as quais oportunizam sofisticar os arranjos e torná-los adequados às finalidades que buscam priorizar.

Para isto, seguindo-se à Introdução, o segundo tópico trabalha a descrição dos elementos basilares que caracterizam a ordenação de documentos como processo de Organização da Informação, retomando as funções a que ela está vinculada e os métodos que norteiam sua operacionalização. O terceiro tópico apresenta um panorama do surgimento e consolidação do número de chamada, particularmente a partir das discussões realizadas no *Library Journal*, no século XIX, contemplando questões terminológicas que acompanham distintos modos de compreensão do modelo. Já o quarto e último tópico pormenoriza os elementos constitutivos do modelo em relação aos objetivos privilegiados pelo arranjo. Por fim, o quinto e último tópicos apresentam as considerações finais do texto.

2 A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS

Para Jouguelet (1997), a ordenação de documentos é uma operação material de arranjo que situa fisicamente os documentos, colocando uns em relação aos outros. Segundo Calenge (2010), para as coleções de documentos, a ordenação consiste no modo de colocar em ordem tais documentos sobre ou dentro de um mobiliário. Trata-se, segundo Faria e Pericão (2008, p. 178), de uma arrumação que consiste na “disposição dos documentos nas estantes segundo uma forma lógica”. Régimbeau (2013)

afirma que ela se traduz em um arranjo ordenado em relação direta com o espaço de disponibilização e acesso. Combó (2011), por sua vez, entende que a ordenação de documentos é o ato de colocar um documento em seu lugar sob as condições de armazenamento que lhe sejam adequadas.

Em termos gerais, pode-se entender que a ordenação de documentos consiste na materialização de um arranjo para coleções. Trata-se de promover a disposição física de documentos no espaço, orientada por atributos documentais que levam à priorização de certos objetivos em causa. O arranjo, portanto, depende da definição de um plano que conjugue operações de natureza intelectual, que projetam uma ordem para os documentos visando atingir determinados objetivos, com operações de natureza material, que inscrevem esta ordem na disposição concreta dos documentos no espaço.

2.1 ATRIBUTO DOCUMENTAL: A BASE DOS MÉTODOS

As propostas de ordenação de documentos estão baseadas na escolha de atributos que vão direcionar o método a ser empregado, estabelecendo a ordem conferida às coleções. Atributos como autoria, título, ordem de entrada, tamanho dos documentos, data de publicação, tipologia documental, assunto, proveniência são aqueles que recorrentemente são adotados como elementos que comandam a proposição dos arranjos. Em função do tamanho das coleções e da precisão requerida para o arranjo, vários atributos podem ser associados no processo de ordenação. De um atributo único ou de um conjunto articulado de atributos encadeados segundo determinada regra é estabelecida uma ordem a partir da qual os documentos serão arrumados no espaço. Assim, os documentos de uma coleção adquirem uma expressão linear que os sequencia em certa ordem.

Os métodos cronológico e alfabético possuem base sequencial alicerçada em atributos, cujo encadeamento determina uma sucessão baseada, respectivamente, em uma cronologia (1, 2, 3, 4, 5...) ou em uma sequência alfabética (A, Ab, Abi, Ac, B, Ba, Be, C, D...). Estes métodos estão

alicerçados em uma mesma base fundada na formação de uma fila única ou de várias filas paralelas que crescem orientadas por uma sequência em progressão linear: a relação concomitante de anterioridade e posterioridade é o que se institui entre cada um dos documentos ordenados. Dito de outro modo, configura-se uma matriz na qual os relacionamentos necessários entre os documentos estão submetidos ao mesmo padrão: a linearidade da disposição, cujo significado remete a uma relação de antes e depois. Neste caso, os atributos escolhidos para orientar o arranjo – ordem de entrada, data de publicação, autoria, título – via de regra, assumem valores representados por notações expressas em cadeias de caracteres numéricos ou alfabéticos que poderão ser arranjadas de acordo com sua posição em um sistema numérico inteiro ou um alfabeto.

De modo distinto, o método classificatório está baseado em atributos que viabilizam a formação de grupos articulados pautados em um conjunto hierárquico de classes e subclasses, compondo estruturas classificatórias mais ou menos complexas. A estrutura classificatória pressupõe a articulação do atributo em agrupamentos através de classes em relação de subordinação/superordenação e de coordenação. Embora se expresse também linearmente, a incorporação de documentos ao arranjo se dá sempre pela sua inserção dentro de um agrupamento que guarda relação com os demais, compondo uma hierarquia. Assim, para o método classificatório, está prioritariamente em questão a articulação entre classes e, por conseguinte, os documentos encontram lugar na estrutura prevista refletindo, entre si, maior ou menor grau de similaridade, conforme a proximidade ou distanciamento entre as classes que lhes foram atribuídas.

Pelo grau de sofisticação que permitem alcançar no relacionamento entre classes e subclasses, os sistemas de classificação bibliográfica se constituíram como o instrumento privilegiado para a ordenação de documentos pelo método classificatório. Como produz agrupamentos de documentos, mas não sequencia cada documento dentro do grupo, ao método classificatório correntemente são associados o método cronológico e o método alfabético, haja vista que estes são fundamentais para instituir a ordem dentro dos agrupamentos formados e individualizar os itens.

2.2 DO MÉTODO AOS SISTEMAS DE LOCALIZAÇÃO

A partir do método adotado, o lugar atribuído a um documento pode se referir tanto a um ponto preciso no espaço – caso da posição ocupada via método cronológico –, ou a mudanças de posição, como ocorre com os métodos alfabético e classificatório.

Quando o documento está fixado a um lugar a partir de coordenadas que indicam um ponto exato e imutável, temos os sistemas de localização fixa. Estes sistemas, como expõem Mann (1930, 1962) e Pinheiro (2007), são o modo usual de disposição dos documentos em instituições que priorizam a conservação material, privilegiando o armazenamento e interditando o livre acesso dos usuários às coleções. Herdman (1934) afirma que se trata da melhor forma de disposição para itens com os quais se deseja diminuir o manuseio, seja por fragilidade, valor ou conveniência. O código atribuído aos documentos deve, portanto, refletir este objetivo e, geralmente, é baseado na ordem de entrada dos documentos na coleção e na indicação do ponto exato de acomodação, conforme estante e prateleira ocupados.

Nos sistemas de localização relativa, o documento ocupa uma posição na coleção e esta posição é variável em função das relações que novas incorporações irão estabelecer com a coleção já espacializada (Prytherch, 2005). Assim, Herdman (1934) nos lembra que ao permitirem a incorporação, remoção ou troca de documentos em quaisquer pontos do conjunto, os sistemas de localização relativa estabelecem que a posição real na estante pode mudar, mas tais alterações não exigem a recodificação dos documentos. O documento ganha significado não apenas pelo lugar que ocupa, mas particularmente pela relação que sua classe estabelece com as demais classes que compõem a estrutura do sistema. O sentido conferido à posição de um documento se complexifica e amplia seu potencial de exploração quando observado a partir da lógica que configura o sistema como um todo. Com isto, oferta-se uma proposta de exploração intelectual da coleção, por meio do acesso direto às estantes pelos usuários.

A despeito da validade da última afirmação, importa considerar que cada sistema de localização e cada método apresentam sua própria inteligibilidade, de acordo com os elementos em jogo.

2.3 COMPOSIÇÃO E INSCRIÇÃO DOS CÓDIGOS

A designação do lugar de acomodação do documento poderá ser representada por uma marca, código ou notação, por meio da qual cada atributo documental é associado. Em português de Portugal e em francês, não se faz uso do termo código. Nestas línguas, *cota* e *cote* são, respectivamente, os termos adotados para indicar a marca que individualiza o documento em uma coleção (Cazabon, 2002; Faria; Pericão, 2008, p. 210, 661; Calenge, 2010, p. 192). Faria e Pericão (2008, p. 524) indicam que o número de chamada é um tipo de cota caracterizada pelo emprego de notações classificatórias associadas a elementos de individualização.

A cota indica, então, o pertencimento daquele documento à coleção e remete à posição que ele ocupa no conjunto. De igual modo, a atividade de atribuição de uma cota exclusiva aos documentos que defina sua posição nas estantes é identificada por termo próprio, sendo denominada no francês, de *cotation* e, entre os portugueses, de cotação (Faria; Pericão, 2008, Calenge, 2010, Cote, 2013). Realiza-se uma operação intelectual de composição da cota, balizada pelo estabelecimento da ordem dos atributos e dos símbolos/caracteres que os representam. Após a composição da cota para cada um dos documentos da coleção, tem-se a operação material de inscrição da cota no documento propriamente dito e de sua inserção no registro. Assim, a presença da cota no documento e em seu registro irá estabelecer o elo que permitirá chegar de forma direta do registro ao próprio documento disposto na coleção.

Via de regra, a afixação da cota se dá externamente ao documento na forma de uma etiqueta. Nos casos de coleções em que não possa haver interferências na materialidade dos documentos, como aqueles que requerem tratamento especial para fins de conservação, a cota pode ser repro-

duzida em tiras de papel inseridas nos documentos, nas jaquetas utilizadas para revesti-los ou nas caixas que os armazenam.

Como afirma Slavic (2009), quaisquer atributos documentais podem ser empregados como elementos para a concretização de um arranjo. Isto não significa, todavia, que todos os arranjos sejam igualmente úteis ou exequíveis, haja vista que devem ser levadas em conta as prioridades estabelecidas para o contexto em questão. Ademais, nem todas as propostas de ordenação de documentos precisam de cotas para se concretizar. Há soluções nas quais os documentos não recebem inscrições, como nos arranjos em bibliotecas pessoais ou livrarias. Nestes casos, é comum que apenas o espaço e o mobiliário sejam sinalizados, mas não os documentos individualmente.

2.4 FUNÇÕES DA ORDENAÇÃO

Dado o caráter pragmático da ordenação de documentos, esteja ela codificada ou não, ela irá desempenhar algumas funções, a saber: modo de leitura da coleção, gestão e localização (Ortega; Silva; Santos, 2016; Silva, 2022).

Como modo de leitura, a ordenação de documentos oportuniza ao usuário traçar percursos cujo trajeto foi sugerido pelo arranjo. Ao configurar um modo de disposição, a ordenação fomenta a apropriação da informação mediante oferta de caminhos de exploração. Segundo este entendimento, trata-se de apresentar um percurso que orienta a navegação pelos documentos. De modo aproximado, Hjørland (2007) afirma que a função principal da ordenação seria permitir o *browsing*. Calenge (2015) ressalta que a ordenação é uma disposição significativa, cuja conexão se configura enquanto paisagem e é estabelecida pela vizinhança instituída dentro da coleção, que cria itinerários e conexões originais entre os documentos e os usuários. A espacialização das coleções, segundo Verón (1989), comporta as decisões institucionais que podem, ou não, estar informadas por estratégias explícitas, mas se constituem inescapa-

velmente como uma enunciação da oferta. O autor acrescenta, ainda, que, como toda enunciação, a disposição espacial contém uma imagem do destinatário a que visa esta espacialização, trazendo em seu bojo hipóteses sobre seus interesses e expectativas.

Os arranjos podem, também, favorecer a gestão das coleções ao subsidiar políticas de seleção, aquisição e descarte (Silva, 2022). Quando ordenadas, as coleções podem ser avaliadas quanto ao equilíbrio de ocorrências de determinado atributo considerado, revelando pontos fortes, débeis e possíveis desequilíbrios. A este respeito, Sayers (1950) argumentava que os arranjos baseados nos sistemas de classificação bibliográfica, por exemplo, poderiam servir como meio de avaliação e adequação do perfil das coleções, já que auxiliariam o bibliotecário na identificação de lacunas e de coberturas robustas sobre determinado campo de assunto. Calenge (1994) lembra que os códigos atribuídos aos documentos podem ser utilizados como recurso bibliométrico para avaliação da composição e do uso das coleções, permitindo identificar tendências e alterações sobre elas. O arranjo fornece, também, com uso de métodos pertinentes, subsídio às decisões relacionadas aos usos do espaço e aos modos de armazenamento, considerando os suportes, tipologias, tamanhos e as previsões de crescimento das coleções.

Iniciativas neste sentido podem ser exemplificadas pelo *Research Library Group* (RLG) que desenvolveu a metodologia *Conspectus*. A fim de orientar a formação e o desenvolvimento de coleções por meio de sua cobertura temática, o modelo objetivava realizar avaliações comparadas e o estabelecimento de políticas de aquisição em rede (Abad Hiraldo, 1989, p. 50-51). No ano de 2001, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) publicou um documento por meio do qual explicava e atualizava a proposta desenvolvida pelo RLG e apontava a *Library of Congress Classification* (LCC) (Classificação da Biblioteca do Congresso, dos Estados Unidos) e a *Dewey Decimal Classification* (DDC) (Classificação Decimal de Dewey - CDD) como sistemas de classificação bibliográfica preferenciais para subsidiar as iniciativas baseadas na metodologia, que poderia, ainda, contar com outras formas de classificação. Assim, os documentos de uma instituição seriam avaliados conforme sua

concentração dentro das classes de um sistema de classificação bibliográfica, ou de uma outra proposta de classificação. Esta concentração seria espacialmente espelhada pela disposição da coleção no espaço e poderia ser examinada em função do nível de profundidade de cobertura e de sua composição idiomática. A disposição da coleção poderia indicar, portanto, o perfil da coleção, balizando projeções futuras quanto a seu crescimento (IFLA, 2001). Dessa maneira, o modelo é voltado para o planejamento de ações relativas ao mapeamento dos conjuntos documentais que permitem gerenciar a projeção de seu crescimento. Neste sentido, o arranjo elaborado conforme as orientações da metodologia colabora para a gestão do perfil das coleções e para a planificação dos espaços por elas ocupados.

A função de localização é aquela mais frequentemente referenciada pela literatura no português do Brasil e em inglês, em especial sob a perspectiva número de chamada (*call number*). Trata-se de acessar o registro e, a partir da cota que o acompanha, fazer a interligação entre ele e o arranjo, localizando o documento na coleção. Quanto à localização, conforme especificam Barden (1937), Herdmand (1947), e Lehnus (1978), a ordenação favorece: a retirada e o retorno dos documentos às estantes; a rápida identificação dos documentos quando inventários são realizados; e o acesso direto do usuário ao documento identificado por meio de consulta ao catálogo. Pode-se dizer que a função de localização torna mais certo ir do registro ao documento, encontrar certo agrupamento pela indicação de seu lugar ocupado no arranjo ou, ainda, inferir posições a partir de uma dada sequência de documentos.

3 SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO NÚMERO DE CHAMADA: O MODELO E SUA TERMINOLOGIA

Em levantamento estadunidense, realizado no ano de 1893, em bibliotecas com 25 mil itens ou mais, Horace Kephart buscou identificar os esquemas utilizados para a ordenação dos livros nas estantes, a fim de detectar soluções que viabilizassem a cooperação entre essas instituições sem a imposição de uma uniformidade demasiada sobre elas. Após

examinar os dados das 127 bibliotecas identificadas, Kephart (1896) afirmou que o único consenso substancial se referia à ideia de que os livros deveriam ser ordenados nas estantes conforme o assunto de que tratavam, não mais cronologicamente, alfabeticamente ou por tamanho, como já havia sido praticado.

Na década de 1960, ao analisar esse levantamento, Thelma Eaton (1955) observou que 61 das 66 bibliotecas pesquisadas por Kephart adotavam nove diferentes sistemas de classificação bibliográfica já publicados, enquanto todas as outras, faziam uso de soluções classificatórias eminentemente locais. Em nova pesquisa realizada na década de 1960, também com bibliotecas de 25 mil itens ou mais, a autora trabalhou sobre uma amostra de duas mil instituições públicas e universitárias e constatou a manutenção da predominância do uso dos sistemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação. Porém, dessa vez, constatou-se a hegemonia do emprego da CDD, tendo em vista que 84,6% das instituições informaram adotar esse instrumento classificatório.

Como podemos observar, se no final do século XIX, as bibliotecas estadunidenses pesquisadas privilegiavam sistemas de classificação bibliográfica diversos ou soluções classificatórias locais, a década de 1960, Eaton (1955) aponta a prevalência da CDD.

De fato, na virada do século XIX para o XX, os debates sobre a estruturação e uso dos sistemas de classificação e sobre as estratégias para individualização dos itens dentro das classes foram bastante frequentes. Como aponta Slavic (2009), na segunda metade do século XIX, a defesa do acesso livre às estantes e os respectivos arranjos propostos para os documentos tornaram-se preocupação fundamental entre os modernos teóricos da Biblioteconomia de matriz anglo-americana. Se por um lado, conforme Miksa (1983) argumenta, o papel cultural das bibliotecas já estava estabelecido, uma melhor compreensão da importância dos bibliotecários para realizá-lo ainda era necessária à época. Isto porque, talvez excetuando as ideias gerais quanto aos objetivos das bibliotecas públicas e de sua estrutura organizacional, não havia atividade própria de bibliotecas que estivesse sistematizada e disseminada com expressiva uniformidade e padronização (Miksa, 1983). A ideia de semelhança entre as bibliotecas “não estava limi-

tada a ideais, objetivos e um senso de dever, todavia. Ela focava diretamente os principais procedimentos empregados por bibliotecários, tais como catalogação, ordenação, métodos de seleção e métodos de compra de livros” (Miksa, 1983, p. 60, tradução nossa). Neste sentido, assim como os demais processos de Organização da Informação, naquele momento, entendia-se que era necessário encontrar soluções que favorecessem e, principalmente, homogeneizassem a proposição de arranjos.

3.1 DEBATES QUE CONDUZIRAM AO NÚMERO DE CHAMADA

Fundado em 1876, um dos principais meios de registro dos debates em torno das experiências e tentativas de aprimoramento dos arranjos em sistemas de localização relativa foi o periódico *Library Journal*. A partir do último quarto do século XIX, autores como Biscoe (1885), Bliss (1910a, 1910b, 1912), Cutter (1878, 1879a, 1879b, 1879c, 1882, 1883, 1886, 1887), Dewey (1879a, 1879b, 1879c, 1886, 1898), Edmands *et al.* (1879), Olin (1893), Schwartz (1878, 1879, 1882a, 1882b, 1882c) e Swan (1886) publicaram nesta revista suas propostas para a individualização de itens dentro de classes, tendo por base sistemas de classificação bibliográfica. Esses autores também utilizaram seus artigos para confrontar posições e reformular orientações a partir das recomendações explicitadas nos demais artigos publicados no periódico.

Cutter, por exemplo, em artigo de 1878, reconhecia que sua concepção de uma tabela decimal para atribuição de notações de autor a partir de sobrenomes tinha nascido de uma análise conjunta do esquema de Schwartz e de Dewey. Os números utilizados por Cutter para a composição da marca do autor foram inspirados na tabela de Schwartz e a ideia de decimalizá-los teria partido do esquema classificatório proposto por Dewey (Cutter, 1878, 1879a, 1879b, 1879c). A versão preliminar da tabela de dois dígitos de Cutter, *Cutter's Two-Figure Author Table*, foi publicada em 1880 e a notícia de que ela se encontrava à venda foi divulgada no periódico nesse mesmo ano. Assim, sobrenomes, ou quaisquer palavras, poderiam ser convertidos em notações alfanuméricas.

A tabela de Cutter de dois dígitos era adequada para pequenas coleções, mostrando-se especialmente problemática para as bibliotecas grandes e aquelas com extensas classes de ficção e biografias (Barden, 1937), para as quais a notação de autor mostrava-se especialmente relevante dado o expressivo número de itens sob uma mesma autoria ou de sobrenomes coincidentes. Diante desse cenário, entre 1883 e 1891, a bibliotecária Kate Emery Sanborn (1860-1951), assistente de Cutter no Boston Athenaeum, trabalhou em uma nova versão da tabela com 3 dígitos decimais (Satija; Agrawal, 1996). O trabalho de Sanborn resultou em uma proposta bastante diferente da anterior, pois houve simplificação na estrutura de conversão dos sobrenomes de autor e maior uniformidade de uso. A *Cutter-Sanborn Three-Figure Author Table* foi publicada em 1896 e era praticamente independente da tabela anterior (Cutter; Sanborn, 1952, 1969).

A incompatibilidade entre a primeira tabela de Cutter e a tabela elaborada por Sanborn levou Cutter a produzir sua última versão, publicada em 1901, a *Cutter's Three-Figure Author Table* (Cutter, 1908). Todavia, Satija e Comaromi (1992) afirmam que a elaboração de uma nova tabela por Cutter deveu-se muito mais a uma tentativa de fazer frente ao sucesso obtido pela tabela elaborada por Sanborn do que efetivamente por uma preocupação do autor em estabelecer continuidade com a Tabela de Dois Dígitos. A nova tabela de Cutter não obteve grande adesão, além de ser marcada por grandes inconsistências no emprego das letras e números na notação, que a tornaram bastante variada a depender da inicial do sobrenome (Satija, 1990; Immroth, 1969).

John Edmands, bibliotecário da *Mercantile Library*, da Filadélfia, em um simpósio sobre o número do livro, realizado em 1879, afirmava ter tirado proveito da tabela de Schwartz para a determinação da notação de autor de seu sistema, fazendo apenas o acréscimo da inicial do sobrenome anteposta ao número extraído da tabela (Edmands *et al.*, 1879). Biscoe (1885) foi o contraponto à predominância dos arranjos alfabéticos dentro das classes, tendo publicado tabela destinada à disposição cronológica das obras dentro das classes segundo o ano de publicação. Swan (1886) publicou tabela equivalente às de Cutter exclusivamente dedicada a no-

mes geográficos, assim como Olin (1893) apresentou tabela específica para biografias coletivas.

Se a apresentação de propostas foi a tônica da passagem do século XIX para o XX, nos anos que se seguiram houve um esforço no sentido de sedimentar a operacionalização do modelo e difundir sínteses sobre ele. Na década de 1930, três publicações da ALA foram relevantes para a consolidação de boa parte das discussões acerca da composição do número do livro: *Introduction to cataloging and the classification of books*, de Margaret Mann (1930), *Classification: an introductory manual*, de Margaret Herdman (1934) e *Book numbers*, de Bertha Barden (1937). Nas obras de Mann (1930) e Barden (1937), são sistematizadas duas alternativas para a colocação dos documentos dentro das classes: o número do livro cronológico, a partir da data de publicação dos documentos, e o número do livro alfabético, a partir da conversão do cabeçalho em uma notação alfanumérica elaborada com base nas tabelas Cutter. A despeito da abordagem do número do livro de base cronológica, as autoras privilegiaram a apresentação de alternativas que permitissem a individualização dos documentos com emprego de marcas distintivas subsequentes à notação de autor elaborada a partir das tabelas Cutter. Assim, Mann (1930), Herdman (1934) e Barden (1937) compilaram estratégias operacionais para assegurar a unicidade do número de chamada pela incorporação de mais elementos ao número do livro, como emprego da inicial do título, recursos para indicação de edição, traduções, críticas e comentários.

Na obra de Barden (1937), foi apresentada parte significativa das discussões precedentes realizadas na virada do século XX na forma de um manual contendo orientações práticas, seguidas de exemplos, englobando diversas situações, como: o emprego do nome do biografado e não do biógrafo para o número do livro das biografias, alternativas para reunir a obra de um autor individual e a apresentação de tabelas especiais para autores prolíficos, como Shakespeare (Cutter, 1883), Milton e autores gregos e latinos (Cutter, 1886). Cabe assinalar que Barden fez indicações de que as tabelas especiais poderiam ser adaptadas para quaisquer autores cuja expressividade levava-os à condição de classe em um sistema de classificação bibliográfica e, portanto, de ser redundante a autoria individual como ele-

mento distintivo do número do livro. Neste sentido, compilações, edições, seleções, críticas, comentários, traduções, dicionários, ganhavam especial relevância e, por isso, demandavam codificação específica. Nestes casos, tem-se um claro exemplo de que tratar o número de chamada é manipular uma estrutura que, para sua funcionalidade, deve ser coesa e econômica.

Os elementos constitutivos da estrutura do número de chamada estavam sendo discutidos há mais de meio século, porém a síntese abrangente e que nos permite entendê-lo como modelo foi apresentada por Ranganathan, na *Colon Classification*, em 1933, e em *Prolegomena to Library Classification*, em 1937. Nessas obras, o número de chamada foi sistematizado de modo explícito como um modelo integral para a ordenação de documentos, conduzindo ainda à consolidação da terminologia, que passou a ser mais recorrentemente empregada. Conforme sintetiza Ranganathan, o número de chamada era resultado da notação produzida a partir da associação de classes de um sistema de classificação bibliográfica (*class number*), com elementos que auxiliassem na individualização dos livros (*book number*), podendo incorporar, quando pertinente, elementos que permitissem apartar parcelas da coleção do agrupamento principal (*collection number*). Na fórmula apresentada, o número de coleção, como elemento facultativo, encabeça o modelo. Assim, número de chamada = (número de coleção) + número de classe + número do livro.

Em língua inglesa, excetuando-se as reimpressões das tabelas de Cutter e Cutter-Sanborn, seguiu-se um longo período sem publicações especialmente direcionadas à discussão do número de chamada e, particularmente, sobre o número do livro. Esse quadro foi interrompido pelo livro de Lehnus *Book numbers: history, principles and application*, de 1980, acompanhado de perto pelo trabalho de Comaromi *Book numbers: a historical study and practical guide to their use*, de 1981, aos quais se juntaram as produções de Satija (1987, 1990, 1998, 2000) e de Satija e Comaromi (1992). Em seu conjunto, a produção destes autores apresenta um histórico das propostas de composição do número do livro, ressaltando as intensas discussões e reformulações que acompanharam de perto o desenvolvimento dos sistemas de classificação bibliográfica. Satija (1987, 1990), particularmente, chamou atenção para o fato de que sem uma história do

número do livro, a própria história da classificação bibliográfica não poderia ser compreendida. Esta visão ressalta que não se trata de estabelecer o que o livro é, mas antes, como destaca Herdman (1934), de considerar que o número de chamada organiza os livros nas estantes em relação a outros livros com os quais possui pontos em comum.

3.2 QUESTÕES TERMINOLÓGICAS

Em coleções cujo acesso pelo público estava interdito, era comum que o código indicativo do lugar permanente ocupado pelo documento recebesse a denominação marca de estante (*press-mark* ou *shelf mark*). Ranganathan (1967) afirmava que, nestas bibliotecas, os leitores precisavam “chamar” pelo livro, derivando deste ato a denominação “número de chamada” (*call number*); essa denominação, portanto, não possui relação inicial com sistemas de localização relativa, como é o caso do modelo que posteriormente ficou conhecido como número de chamada. O dicionário Merriam-Webster (Call [...], 2022), no entanto, informa que o primeiro uso de *call number* teria ocorrido no ano de 1876, quando se deu a publicação da primeira edição da CDD, na qual Dewey fazia uso do termo e afirmava a localização relativa como solução adequada para ordenação de documentos em bibliotecas (Dewey, 1876).

Bliss (1910a, 1910b, 1912) refletiu sobre a terminologia associada ao *call number*. Fazendo uso do termo marca (*mark*), o autor afirmava que ela era composta pela marca de classe (*class mark*), responsável por agrupar os itens, seguida pela marca de ordem (*order mark*), cuja função era individualizar os itens dentro das classes. Bliss afirmava sua predileção pelo termo marca de ordem, pois ele seria mais indicativo de sua função, além de possuir como principal componente o número de ordem para autor, inspirado nas tabelas de Cutter (Bliss, 1910b). Dessa maneira, o autor questionava a imprecisão terminológica representada pelo uso do número de classe (*class number*) e pelo número do livro (*book number*). Com base nessa terminologia, apresentou o que denominava notação de livro simplificada (*simplified book-notation*). A partir da análise de alguns registros ex-

traídos do catálogo da ALA, de 1893, e que, segundo o autor, mantinham o mesmo padrão até aquele momento, Bliss buscou demonstrar em seu artigo que as marcas de ordem (*order mark*), elaboradas com o auxílio das tabelas de dois ou de três dígitos de Cutter, tornavam-se demasiadamente extensas para a função que deveriam cumprir. Segundo o autor, a ordenação dos livros nas estantes demandava a redução por completo da marca (*mark*) que designava individualmente cada livro na coleção.

Quanto à terminologia, Slavic (2009) trabalha a mesma adotada por Bliss, utilizando, adicionalmente, o termo marca da coleção (*collection mark*). As opções de Slavic (2009) e Bliss (1912) referem-se à maior abrangência e capacidade explicativa do termo *mark*, enquanto Satija e Comaromi (1992) argumentam que o termo *book number* é redutor por não abarcar outras tipologias documentais. O termo marca é menos frequente, porém representativo da função desempenhada por cada uma delas (marca da coleção, marca de classe e marca do livro) na composição do número de chamada, uma vez que permite abarcar quaisquer formas de notação, sejam elas numéricas, alfabéticas ou com emprego de símbolos.

Nos trabalhos de Barbosa (1962, 1969), Mey (1995), Mey e Silveira (2009) e Caribé (2016, 2019), que compõem boa parte da literatura em língua portuguesa do Brasil sobre a temática, o termo notação de autor é adotado em detrimento de número do livro. Nessas obras, o número de chamada é composto pela junção entre a notação de classificação e a notação de autor, facultando-se o uso de elementos distintivos adicionais à autoria pessoal, como a inicial do título, o que ultrapassa o sentido estrito do termo notação de autor.

Essa terminologia que adota o termo notação de autor, sobrepondo-se ao número do livro, ganhou bastante evidência com a tradução adaptada, para língua portuguesa, do livro *Signaturas libristicas: normas para su aplicacion en bibliotecas de habla hispana*, de Donald Lehnus (1978), que recebeu o título Notação de autor: manual para bibliotecas. Além da autoria não ser o único atributo a nortear a composição do número do livro, muito frequentemente o primeiro atributo escolhido é seguido de outros que, então, permitirão a individualização do documento dentro da classe. O termo *signatura libristica* remete à parte do código

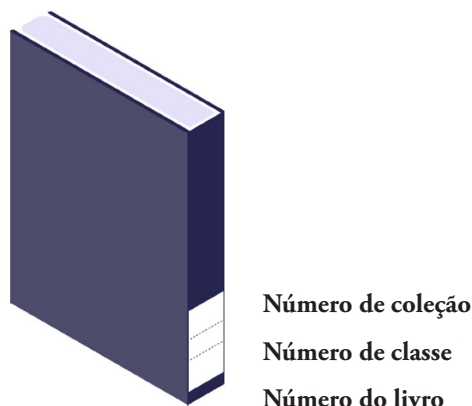
que tem por função individualizar os itens dentro de uma dada classe (ou seja, o número do livro), diferentemente da *signatura topográfica* que, segundo Barité (2015), refere-se ao código completo. Todavia, a tradução do livro para o português foi trabalhada de modo mais restritivo ao circunstanciar o uso da autoria para composição das notações construídas com as tabelas Cutter como guia para elaboração do número do livro. Considerando o número de chamada enquanto modelo, o que ocorreu foi uma falsa equivalência, pois uma das possibilidades de composição do número do livro acabou se sobrepondo às diversas possibilidades de operacionalização. Ademais, ocorreu uma compreensão equivocada das tabelas Cutter, tendo em vista que elas estão orientadas ao cabeçalho, conforme trabalhado pela catalogação, e não apenas para a autoria pessoal, como denota o termo notação de autor.

Por sua vez, os trabalhos brasileiros de Carneiro (1950), Araújo (1951) e Lentino ([195?], 1959, 1971) apresentam abordagem que entende o número de chamada como a associação entre número de classe (*class number*) e número do livro (*book number*), motivo pelo qual essa mesma abordagem foi adotada em Ortega, Silva e Santos (2016). Essa é a terminologia utilizada por Barden (1937), contemplando a possibilidade da colocação cronológica e alfabética dos documentos dentro das classes. Como já assinalado por Satija e Comaromi (1992), o termo número do livro (*book number*) não compreende outras tipologias documentais nem formas de notação não numéricas, porém o significado e as funções a que respondem cada uma das marcas são explorados de modo mais abrangente.

4 O NÚMERO DE CHAMADA: ESTRUTURA DO MODELO

Conforme estrutura proposta por Ranganathan na década de 1930 a partir das discussões realizadas, denominam-se os três componentes do número de chamada como: número de coleção, número de classe e número do livro.

Figura 1 – A estrutura do número de chamada



Fonte: elaborado pela autora.

4.1 NÚMERO DE COLEÇÃO: SEGMENTAÇÃO

O número de coleção é recurso que permite desmembrar uma coleção, segmentando-a. O número de coleção é anteposto ao número de classe e é recomendado quando se deseja separar frações de uma coleção ou criar coleções paralelas, a fim de que cada coleção integre um conjunto com características próprias.

Em Cutter (1882), o número de coleção foi trabalhado sob a possibilidade de se construírem bibliotecas paralelas (*parallel libraries*), apartando parcelas da coleção que, por algum motivo, exigiam tratamento diferenciado em relação ao todo. O autor apresentava como passíveis de configurarem bibliotecas paralelas: 1) livros muito utilizados e que, por isso, deveriam estar mais acessíveis na sala de empréstimo; 2) livros muito raramente requisitados que poderiam ser ordenados nos lugares mais remotos da biblioteca; 3) livros muito caros ou inapropriados para exposição nas estantes; e 4) folhetos avulsos que exigiam acondicionamento especial (Cutter, 1882). Particularmente, nos dois primeiros casos, é interessante observar a relação direta entre os usos da coleção, a gestão da coleção e, conseqüentemente, o manejo do espaço. Esta correlação nos aponta dire-

tamente para a política de desenvolvimento de coleções, em especial para aspectos relacionados ao desbaste e à necessidade de monitoramento dos usos feitos. Quanto ao aspecto material, cada uma das coleções criadas deve ser identificada por meio de uma marca anteposta ao número de classe, cuja função será agrupar todos os itens que a possuam.

Outros autores referem-se ao número de coleção como marcas de localização especial (*special location marks*), como é caso de Mann (1930), ou fazem menção exclusivamente à função de viabilizar coleções colocadas separadamente (*collections shelved separately*), como no caso de Barden (1937).

A despeito das variações nos termos empregados, a característica fundamental consiste no fato desse recurso permitir que grupos de documentos sejam arranjados em separado da coleção principal. Frequentemente, como aponta Mittal (1976), os atributos mobilizados para composição do número de coleção relacionam-se a elementos como o tamanho ou a tipologia, a raridade, a proveniência ou facilitação de uso, como no caso das obras de referência, da segmentação de domínios ou tópicos de interesse, de materiais adotados em disciplinas, entre outros.

4.2 NÚMERO DE CLASSE: FORMAÇÃO DE AGRUPAMENTOS

A composição do número de classe é representativa dos agrupamentos formados, mormente a partir das notações extraídas dos sistemas de classificação bibliográfica, mas refere-se a qualquer proposta classificatória que preveja uma estrutura de classes coordenadas e subordinadas. O número de classe materializa espacialmente um quadro sistemático de termos relacionados que vincula os documentos a seu posicionamento na estrutura de classes para a organização das coleções, não ao lugar definitivo ocupado no arranjo, como ocorre nos sistemas de localização fixa. Com o número de chamada, torna-se possível compor uma associação planejada dos documentos distribuídos pelas classes. Deste modo, uma proposta de leitura da coleção baseada em agrupamentos hierarquizados e coordenados

é ofertada aos usuários que se orientam por meio das relações expressas na forma de um conjunto de enunciados espacializados.

Ranganathan (1951, p. 277, tradução nossa) argumenta que a classificação deve realizar a comunicação, quando afirma que “a comunicação não se completa a menos que sejam fornecidas facilidades [...]” que permitam organizar documentos e mantê-los em ordem útil. Para o autor, a linha de fronteira entre documentos irrelevantes e relevantes não é nítida e clara, pois vários graus de intensidade são possíveis tendo em vista o objetivo em causa. Dessa maneira, Ranganathan propõe os seguintes agrupamentos: um documento total ou intimamente relevante ocupa uma área chamada umbra, aqueles parcialmente relevantes se posicionam na penumbra, enquanto os totalmente irrelevantes estão numa zona alheia aos documentos de interesse. Para tornar os documentos mais facilmente apreensíveis, segundo Ranganathan (1951, p. 321, tradução nossa), “[...] eles devem ser organizados em uma ordem útil – ou seja, na ordem Alheio, Penumbra, Umbra, Penumbra e Alheio [...]”. Deste modo, desenha-se uma parábola, na qual os documentos relevantes ocupam o centro e os outros documentos encontram-se espalhados em ambos os lados em ordem decrescente de relevância. Esse arranjo linearmente disposto é chamado pelo autor de APUPA.

A reprodução do padrão APUPA (Alheio – Penumbra – Umbra – Penumbra – Alheio) é associado ao arranjo classificatório nas estantes. Ao ordenar os documentos na ordem APUPA, a atividade classificatória se torna uma forma de comunicação intencional, condicionada ao emprego de um sistema de classificação bibliográfica e direcionada aos usuários. Nesse sentido, o número de classe realiza uma transformação do pensamento. Trata-se, segundo o autor, do primeiro uso da classificação no processo de comunicação, cujo “[...] transformador é o classificador [e] o meio é o Esquema de Classificação” (Ranganathan, 1951, p. 229, tradução nossa).

A especificidade ou a generalidade do número de classe atribuído a um documento implica a adoção e explicitação de uma proposta de leitura da coleção. Tal proposta exerce influência na definição dos atributos documentais que serão utilizados para fins de disposição dos itens dentro das classes. Por isso, o número de classe tem interferência direta sobre a

composição do número do livro, uma vez que, em razão dos atributos determinados em sua constituição, o número do livro será estruturado pautando-se no princípio da economia e a fim de evitar redundância. Pode-se dizer, portanto, que um número de chamada adequado depende fundamentalmente de uma combinação ajustada e parcimoniosa entre número de classe e número do livro.

4.3 NÚMERO DO LIVRO: A INDIVIDUALIZAÇÃO

O número do livro exerce a função de individualização dos itens dentro das classes e, com isso, assegura que o documento possa ocupar seu lugar no agrupamento que lhe foi atribuído. Os atributos que compõem o número do livro frequentemente são: autoria, título, língua, ano de publicação, edição, tamanho do documento, número de entrada do documento na coleção, número de volume ou exemplar, indicação de obras compiladas, selecionadas, comentários, críticas, suplementos etc. A sequência de elementos que compõem o número do livro são: **notação de autor, marca da obra e outros atributos de individualização**.

A **notação de autor**, ou **número de autor**, indica o produto da conversão do sobrenome do autor em código. Uma forma de atribuir esta notação se dá por meio da menção nominal. Ela é conhecida como a solução mais simples de codificação do número do livro. Por meio dela, os valores dos atributos são abreviados. Nesse caso, nomes próprios, títulos, nomes geográficos, nomes de tradutores e biógrafos são abreviados a partir de suas três iniciais grafadas em letras maiúsculas a fim de compor a notação (BAR – Barbosa, GON – Gonçalves, INT – Introdução, SAN – Santos). Admite-se o uso de mais ou menos letras, especialmente para distinguir autores com sobrenomes similares, ou títulos iniciados por uma mesma palavra. A notação de autor é, por vezes, denominada **número de Cutter**, dada a difusão das tabelas de Cutter e Cutter-Sanborn, causando sobreposição da notação pelo instrumento adotado para sua construção. Todavia, vale ressaltar que a notação de autor nem sempre representa o nome do

autor do documento, como já foi dito. Ela pode ser elaborada com base no sobrenome do tradutor, no título do documento ou da coleção.

A **marca da obra** indica e sequencia, dentro de uma mesma classe, as diferentes publicações de ou sobre um autor, título ou nome geográfico. Cutter recomendava a adição, após a notação de autor, da primeira letra significativa do título da obra, daí a marca da obra ser identificada, também, como **marca do título**. Quando se deseja aproximar publicações relacionadas com outras, como as traduções, críticas, biografias, dicionários, comentários, etc, as publicações relacionadas devem manter a mesma notação de autor da publicação a que se referem, sendo seguidas de letras X, Y, Z, W que irão designar, cada uma delas, os diferentes tipos de relacionamentos.

Os **outros atributos de individualização** servem para indicar os diferentes volumes ou tomos, a edição ou ano de publicação e o número do exemplar.

As propostas para a composição do número do livro variaram quanto aos atributos privilegiados, embora, na literatura de língua inglesa, tenham predominado as soluções baseadas nas tabelas de Cutter.

Dentre as soluções apresentadas, uma delas indicava que o número do livro podia corresponder a uma sequência numérica (1 a ∞) que representasse a ordem de entrada dos itens em cada classe. Inicialmente, a ordenação por ordem de entrada dentro das classes foi considerada a mais adequada por Dewey (1886) por ser de elaboração simples, permitir rápida percepção dos itens faltantes na estante e mostrar, ao fim de cada classe, as últimas aquisições da biblioteca, embora nem sempre correspondessem aos livros mais recentemente publicados.

O número do livro de base cronológica também deu origem a tabelas que indicavam formas de codificar os anos do calendário cristão. A tabela de Biscoe (1885), por exemplo, prescrevia indicações para a transformação de anos em notações alfanuméricas abreviadas, mas cuja conversão tornava-se em algo de compreensão difícil. A tabela de Biscoe, neste caso, não conduz à necessária brevidade da notação, dificultando a compreensão e o potencial de apropriação.

Dentro das classes, o arranjo alfabético por autor também era considerado válido por Dewey (1876), pois sequenciava todos os livros a partir do nome associado à autoria, possibilitava a retirada e devolução do livro de forma simplificada, permitindo que a navegação dentro das classes se guiasse pela disposição alfabética. Dewey (1886) ponderava que, ao se optar pela ordenação alfabética dentro das classes, deveria haver correspondência entre a forma escolhida para o cabeçalho da ficha do catálogo alfabético e o nome empregado para fins de ordenação. Por sua vez, Cutter (1887, p. 251, tradução nossa), ao indicar a codificação do sobrenome do autor como elemento base para a composição do número do livro, ressaltava:

[n]o caso de livros sem autor (obras anônimas, periódicos, publicações governamentais, etc.), a ordem alfabética é determinada pelo cabeçalho adotado para catalogação de acordo com as regras de Cutter para o catálogo dicionário. Nobres britânicos (exceto Lord Bacon) devem ser organizados por seus títulos, e pseudônimos notáveis (como Geo. Eliot, Mark Twain) devem ser usados em vez dos nomes reais. Na biografia, o nome do biografado deve ser usado em vez do nome do autor.

Edições subsequentes das tabelas Cutter, Sanborn (1952, 1969) ou da tabela de três dígitos de Cutter (1908) mantiveram tais indicações para a composição do número do livro, por vezes acrescido de exemplos de composição da notação.

Percebe-se que o modelo se consolidou e se disseminou com base em indicações que prescrevem certa uniformidade e cuja lógica está assentada numa correlação direta entre o cabeçalho da ficha principal e o atributo considerado para a composição do número do livro.

Barden (1937, p. 15) é explícita quanto à recomendação de que era necessário seguir “[...] a forma utilizada pela entrada principal no catálogo[...]”. Lentino ([195?], p. 2) é bastante categórica ao afirmar que “o número do livro é SEMPRE tirado da ENTRADA PRINCIPAL da ficha do catálogo, isto é, nome do autor, do editor ou do título[...]”. Consoante entendimento da autora, haveria complementaridade nos processos de

catalogação e classificação. Segundo ela, “aqui fica ressaltada a afinidade extrema que existe entre o catalogador e o classificador. Se a entrada principal do livro for mal escolhida, o número de chamada será também falho” (Lentino, [195?], p. 2).

As orientações dadas por Lehnus em seu livro *Notação de autor: manual para bibliotecas* seguem mantendo a correlação entre a escolha da entrada e a notação de autor quando ele indica que “usa-se a entrada principal para atribuir a notação de autor” (Lehnus, 1978, p. 20). Prado baseia-se explicitamente nas definições do Código de Catalogação Anglo-Americano e prescreve que se faça uso da primeira palavra significativa do título nos casos: “[...] de crônicas e obras literárias anônimas, de livros litúrgicos, de coleções antigas que entram pelo título etc” (Prado, 1984, p. 12). Cabe pontuar que a despeito de utilizarem o termo entrada principal, as afirmações de Barden (1937), Lentino (195?), Lehnus (1978) e Prado (1984) estão associadas ao conceito de cabeçalho, tendo em vista que se privilegia, para construção do número do livro, a combinação autor principal-título, ou apenas o título para os casos em que não se pode determinar o autor principal.

Em abordagem mais recente sobre a construção do número do livro, Satija (2008) indica ter clareza sobre a distinção acima apontada, uma vez que faz menção ao cabeçalho, quando explica que:

para atribuir um número de Cutter, determine a primeira palavra do cabeçalho (pode ser um nome geográfico, um nome pessoal ou um nome coletivo, ou um título) e localize o número correspondente na tabela sob aquela letra. Quando o número for encontrado, ele deve ser precedido pela letra inicial do cabeçalho. (Satija, 2008, p. 112, tradução nossa).

Adicionalmente, é preciso observar o princípio que subjaz as opções de sequenciamento dentro das classes apresentadas por Bertha Barden (1937), o qual indica que o número do livro é influenciado pelo agrupamento em que ele ocorre, exigindo variações ou outras formas de ordenação, conforme as seguintes indicações: 1) para autores sobre os quais há poucos documentos publicados, emprega-se a notação de autor (*author*

notation) normalmente; 2) para autores prolíficos, empregam-se duas notações de autor sequenciais, distinguindo-se as publicações de um autor das publicações sobre esse autor; 3) para autores estrangeiros prolíficos, emprega-se a notação de autor, podendo estar limitada à letra inicial ou a um dígito das tabelas de Cutter; e 4) para autores com notação de classificação própria, a notação de autor é dispensável.

Para a composição do número do livro, os elementos mais comuns que sucedem a notação de autor são a marca do título ou da obra (*title or work mark*) e a marca da cópia ou edição (*copy or edition mark*). A marca da obra visa sequenciar em ordem alfabética os vários títulos escritos por um mesmo autor sobre uma mesma classe. Para isso, após a codificação do sobrenome do autor, indica-se o uso da primeira letra do título. A marca da cópia ou edição são indicadas por marcação numérica após a marca da obra, por ser dependente desta - 1, 2, 3... no caso das cópias e, frequentemente, o ano de publicação, no caso de diferentes edições.

Cutter (1887, 1891-1893, 1900, 1962) prescrevia ainda o uso de outras estratégias: a marca de várias cópias ou edições (*copy or edition when for many*); a marca de tradução (*translation mark*); marca de outras cópias da tradução (*other copies of translation*); marca de outra tradução (*translation by another hand*); marca de comentário ou trabalho ilustrativo (*commentary or illustrative work*); marca de dicionário (*dictionary*); marca de outro dicionário (*another dictionary*). Nos casos em que existissem várias cópias ou edições, a indicação da edição deveria ser feita com a transcrição completa do ano da edição e, havendo várias cópias de uma mesma edição, a indicação das cópias deveria ser sequencialmente marcada após o ano da edição correspondente (2, 3...). Procedimento parecido era recomendado para as traduções que deveriam ser marcadas pela letra inicial do idioma da tradução (I - inglês, P - português...). Nas situações em que houvesse mais de um documento de uma mesma tradução, depois da indicação do idioma, os itens deveriam ser sequencialmente numerados (2, 3...) e, caso houvesse mais de uma tradução, após a letra indicativa do idioma, deveria ser acrescentada a primeira letra do sobrenome do tradutor em questão. Se fosse desejável manter os comentários ou trabalhos ilustrativos junto das obras que os originaram, Cutter indicava a adição de uma nova marca

(Y), seguida, quando necessário, da inicial do sobrenome do comentador. A mesma indicação valia para os dicionários referentes a uma obra, adicionando-se a marca (Z) seguida, quando necessário, da inicial do sobrenome do autor do dicionário. De acordo com estes mesmos princípios, Cutter elaborou, ainda, tabelas especiais para a marcação de autores prolíficos, pensadas especialmente para os casos em que o autor é representado por uma classe, como na Literatura, por exemplo, e de grandes coleções de autores gregos e latinos clássicos (Cutter, 1891-1893). No caso dos autores prolíficos, por exemplo, adota-se apenas o número de classe do sistema de classificação, buscando-se pela brevidade do número de chamada e evitando-se a redundância de informações.

Em busca de contemplar necessidades locais e viabilizar notações mais simples, foram publicadas tabelas de notação de autor voltadas para os sobrenomes prevaletentes no contexto em questão, como as tabelas de Bashiruddin, em 1928, e da *National Library of India*, em 1961, para sobrenomes indianos (Satija, 2008), a tabela Málaga (Málaga, 1947) para sobrenomes em espanhol, e a tabela PHA, para sobrenomes comuns no contexto brasileiro (Prado, 1964).

Cabe notar que as indicações de composição do número do livro são heterogêneas, mas se dão dentro de uma base comum de princípios que privilegiou a indicação de uso das tabelas Cutter e Cutter-Sanborn.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em ambientes nos quais o contato direto do público com as coleções é almejado, o papel mediador desempenhado pelas coleções especializadas ganha destaque. Ademais, cabe considerar que a especialização das coleções pode e deve apoiar simultaneamente a gestão dos usos dos espaços e o planejamento da formação e do desenvolvimento das coleções, particularmente quanto aos processos de crescimento e desbaste de documentos.

Como modelo que implementa um sistema de localização relativa, o número de chamada tem a função primordial de assegurar a relação

entre os documentos, relação essa que ocorre de modo dinâmico à medida que a coleção cresce e novos documentos são inseridos no arranjo. Para isto, é indispensável que o modelo empregado para a ordenação de documentos seja entendido quanto à sua estrutura e às diversas possibilidades de manipulá-la em favor dos objetivos estabelecidos. O número de chamada promove o agrupamento a partir de uma estrutura de classes dentro das quais os documentos são sequenciados. Assim, o número de chamada só se materializa de forma coerente e planificada pela correlação entre o número de classe e o número do livro, valendo o mesmo para o número de coleção, a despeito de sua não obrigatoriedade. Definir os atributos norteadores para a composição das classes implica não os repetir no sequenciamento dos documentos, bem como avaliar e adicionar novos atributos que aumentem a capacidade auto informativa e propositiva do arranjo por meio do número do livro. Sendo assim, para sua funcionalidade, o número de chamada se assenta em uma relação complementar entre o número de classe e o número do livro, buscando-se evitar redundâncias, em favor da brevidade e da economicidade.

O número de chamada, como modelo para operacionalização da ordenação de documentos, bem como os instrumentos que o viabilizam, tiveram suas bases formuladas na virada do século XIX para o XX. Trabalhar a historicidade do número de chamada permite ampliar a compreensão de sua estrutura e, por conseguinte, compreender a relação intrínseca de dependência que os números de classe e do livro estabelecem entre si, o que é necessário para a elaboração de soluções avançadas e pertinentes aos usuários. A literatura sobre o tema, embora pequena, é bastante elucidativa quanto às alternativas já propostas, fornecendo base para a proposição das soluções mencionadas. Assim sendo, os usos contemporâneos devem se valer dos acúmulos logrados tendo em vista a necessidade de sua adequação aos objetivos almejados.

Mais do que localizar documentos no conjunto da coleção, como por vezes se resume o papel do número de chamada, é desejável que seja explorado seu papel mediador. A ação mediadora na ordenação realiza-se de maneira mais evidente via função de modo de leitura da coleção, pois ela se apresenta como proposta de percurso ofertados ao usuário em sua

atividade de navegação pelos documentos, permitindo a serendipidade. No entanto, todas as funções da ordenação – modo de leitura, localização e gestão – atuam juntas e de maneira articulada na promoção da mediação entre documentos e públicos.

Pensado como modelo e não como prescrição, o número de chamada abre múltiplas possibilidades de composição e associação entre os números de coleção, de classe e do livro na forma de enunciados. Ou seja, a articulação entre as partes da estrutura do número de chamada tem o potencial de evidenciar a enunciação dos arranjos. Dessa maneira, faculta-se aos usuários explorar relações que extrapolem a significação dos documentos tomados isoladamente.

REFERÊNCIAS

- ABAD HIRALDO, Ramón. Evaluar colecciones, compartir recursos: el programa Conspectus. **Boletín de la ANABAD**, Madrid, v. 39, n. 1, p. 47-56, 1989. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/798274.pdf>. Acesso em: 2 maio. 2025.
- ARAÚJO, Maria Emília Soares de Souza. Localização de livros. **Boletim Bibliográfico**, São Paulo, n. 18, p. 19-42, 1951.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Classificação**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1962.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1969.
- BARDEN, Bertha R. **Book numbers**: a manual for students, with a basic code of rules. Chicago: American Library Association, 1937.
- BARITÉ, Mario. Signatura topográfica. In: BARITÉ, M. **Diccionario de organización del conocimiento**: Clasificación, Indización, Terminología. Montevideo: CSIC, 2015. p. 140.
- BISCOE, Walter Stanley. Chronological arrangement on shelves. **Library Journal**, New York, v. 10, n. 9-10, p. 246-247, 1885.
- BLISS, Henry Evelyn. A modern classification of libraries, with simple notations, mnemonics, and alternatives. **Library Journal**, New York, v. 35, p. 351-358, 1910a.

BLISS, Henry Evelyn. A simplified alphabetic-order table. **Library Journal**, New York, v. 37, p. 71-74, 1912.

BLISS, Henry Evelyn. Simplified book notation. **Library Journal**, New York, v. 35, p. 544-546, 1910b.

CALENGE, Bertrand. (dir.). **Mettre en oeuvre un plan de classement**. Villeurbanne: Presses de l'ENSIB, 2010.

CALENGE, Bertrand. **Les bibliothèques et le médiation des connaissances**. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2015.

CALENGE, Bertrand. Un outil de gestion des collections: les cotes de libre accès. **Bulletin des Bibliothèques de France**, Paris, v. 39, n. 6, p. 16-20, 1994. Disponível em: <http://bbf.ensib.fr/consulter/bbf-1994-06-0014-002>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CALL number. In: MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY, [2022]. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/call%20number>. Acesso em: 12 nov. 2025.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Notação de autor: sua história. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 26, n. 2, p. 121-135, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/28650/16207>. Acesso em: 12 nov. 2025.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Ordenamento de documentos em bibliotecas: tipologia. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 29, n. 2, p. 125-144, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/44307/22776>. Acesso em: 12 nov. 2025.

CARNEIRO, Regina. Algumas observações para uso da notação na literatura. **Boletim Bibliográfico**, São Paulo, n. 16, p. 35-45, 1950.

CAZABON, M. R. Cote. In: FOUCHE, Pascal; PECHOIN; Daniel; SCHUWER, Philippe (dir.). **Dictionnaire encyclopédique du livre**. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2002. p. 535.

COMAROMI, John Phillip. **Book numbers: a historical study and practical guide to their use**. Littleton: Libraries Unlimited, 1981.

COMBOT, Philippe. **Initiation aux techniques documentaires**. 2011. Disponível em: https://doc.dis.ac-guyane.fr/IMG/pdf/initiation_aux_techniques_documentaires.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

COTE. In: DICTIONNAIRE Ensib. Lyon: École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, 2013

CUTTER, Charles Ammi. Another plan for numbering books. **Library Journal**, New York, v. 3, n. 1, p. 248-251, 1878.

CUTTER, Charles Ammi. Arrangement and notation for Shakespeariana. **Library Journal**, New York, v. 9, n. 8, p. 137-139, 1883.

CUTTER, Charles Ammi. Author table for greek and latin authors. **Library Journal**, New York, v. 11, p. 280-289, 1886.

CUTTER, Charles Ammi. Classification on the shelves: with some account of the new scheme prepared for the Boston Athenaeum. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 7, p. 234-243, 1879a.

CUTTER, Charles Ammi. **Expansive Classification**: part I: the first six classifications. Boston: [s.n.], 1891-1893.

CUTTER, Charles Ammi. **Explicação das marcas de autor Cutter-Sanborn**: tabelas com três algarismos. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1962.

CUTTER, Charles Ammi. **Explanation of the alphabetic-order marks (three-figure tables)**. Northampton: Herald Job Print, 1908.

CUTTER, Charles Ammi. **Explanation of the cutter author-marks**: two-figure tables. Northampton, Mass: Herald Office, 1900.

CUTTER, Charles Ammi. How to get books, with an explanation of the new way of marking books. **Library Journal**, New York, v. 7, n. 7, p. 14-18, 34-35, 1882.

CUTTER, Charles Ammi. How to use Cutter's decimal author tables. **Library Journal**, New York, v. 12, p. 251-252. 1887.

CUTTER, Charles Ammi. Mr. Cutter defends his modifications of the Dewey plan. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 1, p. 17, 1879b.

CUTTER, Charles Ammi. Review notice of Winchester (Mass.): town library, class and author lists. **Library Journal**, New York, v. 4, p. 426, 1879c.

CUTTER, Charles Ammi; SANBORN, Katy Emery. **Cutter-Sanborn three-figure author table**. [Chicago, Massachusetts]: 1969.

CUTTER, Charles Ammi; SANBORN, Katy Emery. **Explicação das marcas de autor Cutter-Sanborn**: tabelas com três algarismos. Rio de Janeiro: 1952.

DEWEY, Melvil. Arrangement on the shelves - first paper. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 4, p. 117-120, 1879a.

DEWEY, Melvil. Arrangement on the shelves - second paper. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 6, p. 191-194, 1879b.

DEWEY, Melvil. **Classification and subject index for cataloguing and arranging the books and the pamphlets of a library**. Hartford: Case, Lockwood & Brainard Company, 1876.

DEWEY, Melvil. Eclectic book-numbers. **Library Journal**, New York, v. 11, n. 3, p. 296-301, 1886.

DEWEY, Melvil. Principles underlying numbering systems - first paper. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 1, p. 7-10, 1879c.

DEWEY, Melvil. **Simplified Library School Rules**. Boston: Library Bureau, 1898.

EATON, Thelma. Classification in College and University Libraries. **College & Research Libraries**, v. 16, n. 2, 1955, p. 168-176. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/10911/12357>. Acesso em: 20 abr. 2025.

EDMANDS, John; LARNED, J. N.; DEWEY, Melvil; CUTTER, Charles Ammi; PERKINS, F. B. Plans for numbering, with special reference to fiction. **Library Journal**, New York, v. 4, p. 38-47, 1879.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008.

HERDMAN, Margaret May. **Classification**: an introductory manual. 2 ed. Chicago: American Library Association, 1947.

HERDMAN, Margaret May. **Classification**: an introductory manual. Chicago: American Library Association, 1934.

HJORLAND, Birger. Order & ordering. In: HJORLAND, Birger. **Lifeboat in Knowledge Organization**. [S. l.: s. n.], 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110711150122/http://www.iva.dk/bh/core%20concepts%20in%20lis/articles%20a-z/order.htm>. Acesso em: 20 abr. 2025.

IFLA. Section on Acquisition and Collection Development. **Guidelines for a collection development policy using the conspectus model**. 2001. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/gcdp-en.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

IMMROTH, Jonh Phillip. Cutter, Charles Ammi. In: **ENCYCLOPEDIA of Library and Information Science**. New York: Marcel Dekker, 1969. v. 2. p. 380-387.

JOUGUELET, Suzanne. Classement. In: CACALY, Serge. (dir.). **Dictionnaire Encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Éditions Nathan, 1997. p. 135-136.

KEPHART, Horace. Classification. In: DEWEY, Melvil (ed.). **Papers prepared for the world's library congress, held at the Columbian exposition**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1896. p. 861-897. Disponível em: <https://archive.org/details/paperspreparedf01dewegoog>. Acesso em: 20 abr. 2025.

LEHNUS, Donald J. **Book numbers**: history, principles and application. Chicago: ALA, 1980.

LEHNUS, Donald J. **Notação de autor**: manual para bibliotecas. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

LENTINO, Noêmia. **Classificação decimal**: teórica, prática, comparada, exercícios e índices. São Paulo: Edições Leia, 1959.

LENTINO, Noêmia. **Guia teórico prático e comparado dos sistemas de classificação bibliográfica**. São Paulo: Polígono, 1971.

LENTINO, Noêmia. **Número de chamada**: função do número do livro. São Paulo: [s. n.], [195?].

MÁLAGA, Luis F. Reglas y tablas de notación interna. **Fénix**: Revista de la Biblioteca Nacional, Lima, n. 5, p. 130-160, 1947. Disponível em: <http://revistafenix.bnp.gob.pe/index.php/phenix/article/view/301/1903>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MANN, Margaret. **Catálogo e classificação de livros**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

MANN, Margaret. **Introduction to cataloging and the classification of books**. Chicago: American Library Association, 1930.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução a catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MIKSA, Francis. Melvil Dewey and the corporate ideal. In: STEVENSON, G.; KRAMER-GREENE, J. (ed.). **Melvil Dewey**: the man and the classification. Albany, N.Y.: Forest Press, 1983. p. 49-100.

MITTAL, R. L. Call number and collection number: their implications on book arrangement. **Indian Library Movement**, India, v. 3, n. 1, p. 1-6, 1976.

OLIN, C. R. An order table for collective biography. **Library Journal**, New York, v. 18, n. 5, p. 144, 1893.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da. A ordenação de documentos como atividade de Organização da Informação: proposta de fundamentação e atualização. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC 2013, 6., 2013, Porto. **Atas** [...]. Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 1618-1635.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **A ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. Disponível em: <https://archive.org/details/OrdenaoDeDocumentosNaAtividadeBibliotecria>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. **A ordem dos livros na biblioteca**: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa. Rio de Janeiro: Interciência Intertexto, 2007.

PRADO, Heloísa Almeida. **Tabela PHA**: para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto, isto é, dentro dos mesmos números de classificação. São Paulo: T. A. Queiroz, 1964.

PRADO, Heloísa Almeida. **Tabela PHA**: para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto, isto é, dentro dos mesmos números de classificação. 3. ed., rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PRYTHERCH, Ray. Relative Location. *In*: PRYTHERCH, Ray (comp.). **Harrod's librarian's glossary and reference book**: a directory of over 10,200 terms, organizations, projects and acronyms in the areas of information management, library science, publishing and archive management. 10. ed. London: Ashgate Pub, 2005. p. 592.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Classification and communication**. Delhi: University of Delhi, 1951.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Prolegomena to Library Classification**. 3. ed. New York: Asia Publishing House, 1967.

RÉGIMBEAU, Gérard. Petit glossaire des notions centrales de ce numéro. **Hermès**: La Revue, Paris, v. 2, n. 66, p. 18, 2013.

SATIJA, Mohinder Partap. Book number and call number. *In*: **ENCYCLOPEDIA of library and information science**. New York: Marcel Dekker, 1990, v. 45, p. 18-45.

SATIJA, Mohinder Partap. **Book numbers**: Indian and Cutter. Viva Books: New Delhi, 2008.

SATIJA, Mohinder Partap. Classification: some fundamentals, some myths, some realities. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 25, n. 1-2, p. 32-35, 1998.

SATIJA, Mohinder Partap. History of book numbers. **International Classification**, Amritsar, v. 14, n. 2, p. 70-76, 1987.

SATIJA, Mohinder Partap. Library Classification: An Essay in Terminology. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 27, n. 4, p. 221-229, 2000.

SATIJA, Mohinder Partap; AGRAWAL, Suren P. **Book numbers (some Indian methods)**. 2nd rev., enlarged edition. New Delhi: Reliance Publishing House, 1996.

SATIJA, Mohinder Partap; COMAROMI, John Phillip. **Beyond classification**: book number (with special reference to chronological book numbers). New Delhi: Ess Ess Publications, 1992.

SAYERS, W. C. Berwick. **An introduction to library classification**: theoretical, historical and practical with readings, exercises and examination papers. 8th ed. rev. London: Grafton, 1950.

SCHWARTZ, Jacob. A "combined" system for arranging and numbering. **Library Journal**, New York, v. 3, n. 1, p. 6-10, mar. 1878.

SCHWARTZ, Jacob. A mnemonic system of classification. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 1, p. 3-7, 1879.

SCHWARTZ, Jacob. A new classification and notation. **Library Journal**, New York, v. 7, n. 7-8, p. 148-166, july/aug. 1882a.

SCHWARTZ, Jacob. Alphabetical versus logical classification. **Library Journal**, New York, v. 7, n. 9, p. 229, sept. 1882b.

SCHWARTZ, Jacob. Twenty-five plus ten versus thirty-five or ten. **Library Journal**, New York, v. 7, p. 84-85, 1882c.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. **A ordenação como processo de Organização da Informação**: uma discussão (necessária) sobre classificação bibliográfica. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. **Para uma abordagem contemporânea sobre ordenação de documentos**: propostas do século XIX e início do XX. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; CARVALHO, Matheus Aguiar de; MARTINS, Gabriela Braga Andrade; ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos como conteúdo curricular no curso de graduação em Biblioteconomia da UFMG e relato de proposta de disciplina. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 102-130, mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22655>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos no curso de Biblioteconomia da UFMG: notas sobre um conteúdo quase esquecido. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 3846-3866.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos como enunciação: o número de chamada e os sistemas de classificação bibliográfica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 117425, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245283.117425>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina Dotta. Das propostas que antecederam o número de chamada: a ordenação de documentos nos manuais francófonos de biblioteconomia de meados do século XIX a 1930. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 4., 2017, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2017a. p. 15-25.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina Dotta. Proposals that preceded the call number: shelf arrangement in the francophone manuals of Librarianship from the mid-nineteenth century to 1930. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 44, n. 8, p. 605-614, 2017b. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2017-8-605>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; TOLENTINO, Vinicius de Souza. FRBRizando as coleções a partir do número de chamada: uma aproximação possível. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 20., 2018, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2018. p. 271-285.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; TOLENTINO, Vinicius de Souza; ORTEGA, Cristina Dotta. Número de chamada e FRBR: um diálogo norteado por princípios da Organização da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 31, p. 1-12, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e180052>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SLAVIC, Aida. Call numbers, book numbers and collection arrangements in European library traditions. *In: SINGH, Jagtar; MALHAN, Indervir; KAUR, Trishanjit (Ed.)*. **Library and information science in digital age: essays in honour of Professor Mohinder Partap Satija**. India: Ess Ess Pub, 2009. v. 1, p. 257-285.

SWAN, C. H. Alfab.-order table for names of places. **Library Journal**, New York, v. 11, n. 4, p. 118, Apr. 1886.

VERÓN, Eliseo. **Espaces du livre: perception et usages de la classification et du classement en bibliothèque**. Paris: BPI - Centre Georges-Pompidou, 1989.

